



Novo título do Tesouro Direto começou a ser vendido nesta segunda-feira

A partir desta segunda-feira (30), o cidadão tem a disposição um instrumento para complementar a aposentadoria. Começou a ser vendido na B3, a bolsa de valores brasileira, o título Tesouro Renda+ Aposentadoria Extra, que exige valor inicial a partir de R\$ 30 e poderá ser acumulado de 7 até 42 anos.

Oferecido pelo Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas pela internet, o papel permite que o investidor planeje uma data para a aposentadoria e receba uma renda extra mensal por 20 anos. O valor investido será corrigido mensalmente pela inflação mais uma taxa de juros que varia conforme as condições da economia, garantindo o poder de compra do investidor.

"O Tesouro Renda+ Aposentadoria Extra é um programa de educação financeira muito importante para ajudar as famílias a perceberem os benefícios que a poupança de alguma parcela da renda pode gerar no futuro. Com o avanço da idade, essa ação de poupar desde o início da sua vida laboral pode gerar um grande benefício em termo de renda extra", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, no evento de lançamento do título público, na sede da B3, em São Paulo.

O valor investido será sempre devolvido em 240 prestações mensais que amortizarão todo o dinheiro investido no produto. O valor inicial para o investidor começar a investir no produto é de cerca de R\$ 30.

O Tesouro Nacional espera a adesão de até 3 milhões de trabalhadores, o que ampliaria o público do Tesouro Direto para cerca de 5 milhões de investidores.

O órgão esclarece que os títulos públicos funcionarão como um complemento para a aposentadoria e não substituirá o regime de Previdência por repartição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nem o regime especial de Previdência para o funcionalismo público.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 31 de janeiro.

Dezembro foi o melhor mês nas negociações coletivas

A recomposição salarial seguiu em alta no fim do ano. O boletim 28 do Dieese – "De Olho nas negociações"-aponta que, das 48 negociações em dezembro, 81,2% conseguiram aumentos acima da inflação medida pelo INPC do IBGE.

Houve reajustes iguais ao INPC em 16,7%. Apenas 2,1% ficaram abaixo da inflação. Trata-se do melhor resultado pra uma data-base em 2022 e também quanto ao último trimestre de 2021.

O supervisor-técnico do Escritório Regional do Dieese em São Paulo, Victor Pagani, avalia: "A queda na taxa de desemprego, apontada pela Pnad, atrelada à desaceleração da inflação, contribuiu para o resultado positivo. É o melhor do ano".

Victor também aponta a queda significativa do INPC como fator importante. "Isso favoreceu os Sindicatos e Federações de trabalhadores nas mesas de negociações com o patronato", afirma.

Comércio e indústria tiveram os melhores resultados nas negociações. No setor de serviços, onde as relações de trabalho tendem a ser mais precárias, os resultados foram inferiores.

As Regiões Sul e Sudeste tiveram melhores resultados. Nelas, a industrialização está acima da média nacional.

As negociações por categoria, que resultam em convenções coletivas, registram resultados melhores (69%) do que as realizadas por empresa (57%), em acordos coletivos. "Isso mostra que a fragmentação da negociação não favorece o trabalhador. Já negociações mais abrangentes e fortes tendem a obter melhores resultados", afirma o técnico do Dieese.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 31 de janeiro.

Mercado eleva estimativa para inflação este ano pela 7º vez seguida, para 5,74%

Os especialistas consultados pelo Banco Central elevaram pela sétima vez seguida a projeção para a inflação neste ano, afastando-se ainda mais do teto da meta, de acordo com a pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (30).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2023 subiu a 5,74%, de 5,48% antes.

O movimento se dá na esteira de um aumento para a perspectiva de alta dos preços administrados este ano, calculada agora em 8,39%, contra 7,25% na pesquisa anterior.

Para 2024 a conta para o IPCA também subiu, pela segunda semana seguida, indo a 3,90% de 3,84% antes.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A pesquisa semanal com uma centena de economistas mostrou ainda que, apesar da perspectiva maior pressão inflacionária, não houve mudanças nas estimativas de que a taxa básica de juros Selic encerrará este ano a 12,50% e o próximo a 9,50%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 31 de janeiro.

Setor público tem melhor saldo primário em 11 anos e dívida bruta cai a 73,5% do PIB

O setor público consolidado brasileiro registrou um superávit primário de R\$ 125,994 bilhões em 2022, no melhor fechamento anual desde 2011, informou o Banco Central nesta segunda-feira (30).

O saldo acumulado em 12 meses equivale a 1,28% do PIB (Produto Interno Bruto). Considerando esse indicador, o resultado foi o mais forte desde 2013, quando encerrou o ano em 1,71% do PIB.

Em 2022, houve saldo positivo em todas as esferas da administração pública. Os números englobam resultados de governo central (governo federal, Banco Central e INSS), estados, municípios e empresas estatais.

Foi o segundo ano consecutivo de contas do setor público no azul. O saldo de 2021 havia sido positivo em R\$ 64,727 bilhões, após sete anos seguidos de déficits.

A melhora no resultado fiscal levou a dívida bruta do país a encerrar o ano em 73,5% do PIB, melhor resultado desde julho de 2017, quando a proporção estava em 73,2% do PIB.

O dado representa uma melhora de 4,8 pontos percentuais em relação a dezembro de 2021, quando a dívida bruta estava em 78,3% do PIB.

O pico desse indicador foi registrado em outubro de 2020, ao bater 87,6% do PIB em meio a uma disparada de gastos emergenciais do governo para enfrentar a pandemia de Covid-19.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 31 de janeiro.

Confiança de empresários despenca em janeiro, diz pesquisa

O índice de confiança do empresário do comércio, medido pela FecomercioSP, recuou 4,4% em janeiro em relação ao mês anterior. Foi a segunda queda consecutiva no indicador.

Na comparação anual, a redução chega a quase 5%.

Para a FecomercioSP, o resultado foi provocado por fatores como alto endividamento das famílias, juros elevados, pressão inflacionária e sinais da política econômica no governo Lula.

A entidade também aponta queda na intenção de expandir os negócios e no nível de investimento das empresas. Os dois marcadores tiveram recuo mensal de 6,1% e 23%, respectivamente, em janeiro.

A expectativa para a contratação de funcionários, por sua vez, subiu 1,3% neste mês, de acordo com a FecomercioSP.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 31 de janeiro.

SINOPSE SINTIUS 31-01-2023